

**RESENHA DE: “A QUEM CABE FORMAR O(A)
PROFESSOR(A) DE HISTÓRIA? OS CAMINHOS E
DEBATES EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DE UM
ETHOS DE FORMAÇÃO” POR CAMILA RABELO
PEREIRA**

**Review Of: “Who is responsible for training History
teachers? Paths and debates around the construction of a
training ethos” By Camila Rabelo Pereira**

Camila Rabelo Pereira (PPGHIS-UFMA-BRATHAIR)
Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela UFMA
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9569-7650>
E-mail: rpereiracamilla@gmail.com

Recebido em: 26/06/2023
Aprovado em: 29/07/2023



SILVA, Renata Augusta dos Santos. A quem cabe formar o(a) professor(a) de história?: os caminhos e debates em torno da construção de um *ethos* de formação. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2023.

O livro “A quem cabe formar o(a) professor(a) de história?: os caminhos e debates em torno da construção de um ethos de formação”, conduz a discussão acerca dos impactos dos currículos na formação do(a) professor(a) de História. Dividido em três capítulos: 1. A Formação de professores em perspectiva histórica; 2. Formação de professores: a perspectiva dos saberes; e 3. Cursos de história e diretrizes: interpretações, debates e reelaborações.

No decorrer do texto de autoria da historiadora Renata Augusta dos Santos Silva, docente do Departamento de História do Instituto Federal Colégio Pedro II, são utilizadas entrevistas com os professores das universidades e documentos do governo federal, das universidades e da Anpuh (Associação Nacional de História), como fontes para a elaboração das problemáticas e reflexões acerca do tema.

A autora assinala que o grande desafio para responder as problemáticas endossadas no livro seria compreender os processos que propiciaram a reelaboração curricular, que correlacionaram a formulação das políticas públicas com os cursos de História e os professores que os compõem. Essas correlações complexificaram o processo, e as demandas necessárias para a formação de professores (as) com perfis que articulassem o conhecimento histórico (historiografia), com a prática docente.

Com objetivo de compreender de que modo a organização dos currículos interferem na formação do professor de História, e como isso impacta na Educação Básica, Renata Santos Silva (2023) avalia os percursos do ensino nos cursos de História de três instituições públicas de ensino superior no Rio de Janeiro: UFRJ, Unirio e UERJ/FFP, pois o perfil do curso, ou seja, a elaboração da grade curricular influenciaria no ensino dos docentes, e como esses transpõem seus conhecimentos para os educandos quando estão na função de professores, atuando em sala de aula, logo ela também impacta na Educação Básica.

Santos Silva (2023) assinala que essa crescente preocupação com o currículo dos cursos de licenciatura adquiriu espaço a partir da década de 1990, quando o MEC, em conjunto com o Conselho Nacional de Educação (CNE), formularam diretrizes curriculares nacionais para os diferentes segmentos da Educação Básica: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional de nível técnico e a formação de docentes, em nível médio, na modalidade normal. Essas mudanças conduziram os departamentos de História a pensarem acerca de renovações na

metodologia do ensino, e até mesmo da pesquisa historiográfica. Assim, ocorreu a reestruturação dos cursos de graduação em História.

Nos anos de 2000, as políticas públicas alçadas pelo Estado voltaram-se para a reformulação e aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior, com isso, os currículos dos cursos universitários deveriam passar por reformulações para se adequarem as novas demandas.

As reformulações indicavam a necessidade de articular a prática docente com as questões teóricas do campo da pesquisa historiográfica, pois é um desafio harmonizar as diversas demandas que envolvem a formação de um(a) professor(a), que deve estar alinhada as diretrizes curriculares pautadas no Ensino Básico. Segundo Santos Silva (2023), essa demanda possibilitou o crescimento nas últimas décadas dos estudos acerca do ensino de História, mas a jornada para a compressão da formação ainda é restrita aos programas de pós-graduação, fato que limita a pesquisa, já que são poucos cursos que possuem sua linha voltada para essa temática.

Nos últimos anos voltou-se o foco para a formação dos professores, de modo geral, assim como as outras licenciaturas, também foi requerido dos professores de História uma visão holística acerca do processo de ensino aprendizagem. Renata Santos Silva (2023) aponta que as reformas nas políticas educacionais que ocorreram nos últimos 20 anos, suscitaram questionamentos que continuam sem respostas concretas. A referida historiadora destaca a importância de refletir sobre a realidade para que possamos compreender, e construir mudanças articuladas que colaborem com a construção e reelaboração dos currículos dos cursos de História.

No capítulo 1 são abordados os contextos de formação, ou seja, como ocorreu a construção dos espaços de docência no Brasil, e as políticas educacionais que direcionaram a formação dos professores. Além disso, as diferentes concepções que possibilitaram a construção das diretrizes curriculares dos cursos de História são discutidas, nesse ensejo, houve, e continua existindo, uma disputa para a formulação de um *ethos* mais adequado na elaboração da grade curricular.

Pontua-se que para Santos Silva (2023), a partir dos anos finais de 1990, as pesquisas buscaram compreender o fracasso escolar a nível nacional focando, principalmente, na formação dos professores, e dos saberes direcionados a estes. Assim,

a formação deficitária dos professores, imersa em um *ethos* baseado na lógica da racionalidade técnica, ou seja, conteúdos orientados pela ideia de universalidade, que privilegia apenas o conhecimento científico, tornou-se um objeto a ser repensado para superar os problemas da educação no Brasil, que persistem, e prejudicam o desenvolvimento de didáticas, que contemplem os saberes particulares/individuais, que devem ser articulados com o saber científico.

Esses questionamentos acerca dos saberes e a imagem do professor associada à uma pessoa tecnicamente preparada foi possível por meio do processo de redemocratização do país, que ocorreu a partir dos anos de 1980, possibilitando “um amplo processo de revisão da educação. As primeiras ações direcionaram-se à educação básica, com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)” (SILVA, 2023, p. 24). Mas, não seria possível tais mudanças se não houvesse transformações nos *ethos* das licenciaturas, que deveriam reformular seus currículos para atender as demandas sócio-políticas pelas quais o Brasil passava.

O perfil dos historiadores deveria ser moldado, segundo a autora, não somente para ter o domínio da natureza do conhecimento histórico, mas também, ser capacitado para a produção e difusão dos seus saberes de forma a atender as exigências básicas, como “orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos” (SILVA, 2023, p. 45). A função do historiador torna-se holística, o seu foco não pode ser apenas a obtenção do conhecimento científico, pois ele deve ser apto a desenvolver competências que o possibilite ser um mediador do conhecimento histórico em sala de aula, ao “comprometer-se com o sucesso da aprendizagem dos alunos” (SILVA, 2023, p. 45), ao desenvolver didáticas que viabilizem a convergência entre os saberes científicos e os saberes individuais.

A democratização da informação, assim como o processo de informatização exige uma adequação dos professores e da escola, pois os(as) alunos(as) estão alçando novos desafios e tarefas para o ensino. E, para acompanhar essas novas demandas seriam necessárias mudanças no interior das instituições formadoras.

Renata Silva (2023) assinala para a necessidade da reformulação da formação dos docentes, em que o foco seria relacionar o binômio teoria e prática, dialogando constantemente com a educação básica. Portanto, o projeto institucional das licenciaturas deveria estar em consonância e equilíbrio com a grade curricular que

pertencem ao ensino básico. Pois, “as duas dimensões que deveriam estar presentes nos cursos de formação, a teoria e a prática, normalmente colocadas numa relação de oposição” (SILVA, 2023, p. 49), não possibilita fundamentos para que o profissional de história participe de forma profícua das múltiplas dimensões da prática da docência.

Assim, o profissional de História deve associar a pesquisa e o debate historiográfico no qual estar inserido, ao exercício da sua prática, que deve ser reflexiva. É necessário manter um diálogo entre a prática do magistério e teoria, que “podem e devem ser fundamentadas na pesquisa” (SILVA, 2023, p. 79), o que pode possibilitar uma nova identidade, ou seja, um *ethos* reflexivo e eficiente para as licenciaturas, colaborando com a melhora dos índices educacionais do país.

Para a constituição de uma prática docente que contribua para o ensino básico, a formação do profissional de história, segundo Renata Augusta dos Santos Silva (2023), deve articular teoria e prática, valorizar a pesquisa e o exercício do magistério que podem e devem estar em consonância, o que demonstra a importância da experiência profissional na composição da docência, e articular os saberes das grades curriculares de ensino. Alinhar essas perspectivas possibilitaria abrir espaço para um novo *ethos* de formação para as licenciaturas.

O seguinte questionamento é realizado no segundo capítulo: “que tipo de relação você faz com o saber histórico acadêmico e o que, efetivamente, ensina para seus alunos (saber histórico escolar)?” (SILVA, 2023, p. 81). A pertinência da questão possibilita ao historiador refletir acerca da hierarquização entre estes conhecimentos que acaba por criar um modelo acadêmico tradicional, que desvincula a prática da docência do conhecimento científico. Também, a partir desse questionamento a autora do livro insere o historiador na discussão, pois se no primeiro capítulo a abordagem é macro, no decorrer do segundo capítulo há uma inserção de micro problemáticas acerca da formação dos docentes.

As pesquisas acerca sobre as perspectivas do ensino de história estão ganhando cada vez mais espaço nas universidades, o que demonstra uma crescente e progressiva preocupação com o ensino, apesar do desequilíbrio entre a prática e o exercício da docência, a inquietação com o que se ensina nas escolas, e como se ensina, sinaliza para a construção de vínculos que melhorem esse o processo de ensino-aprendizagem.

Torna-se necessário para compreender e refletir acerca dos questionamentos levantados por Renata Augusta dos Santos Silva (2023), também incluir análises acerca da prática docente universitária, ou seja, analisar, avaliar e refletir sobre os saberes e práticas dos professores dos cursos de licenciatura.

Poucos são os estudos que abordam as questões que envolvem os professores que formam professores, só que para refletir sobre a prática docente seria necessário abordar os diferentes contextos, ou seja, os diferentes *ethos* que constituem os currículos modulados pelos professores universitários. Eles possuem suas práticas atravessadas pelas condições sócio-políticas e institucionais que estão inseridos, esses elementos são transpostos no processo de formação dos docentes que atuam na Educação Básica. Assim, além das “reorganizações apontadas, seria necessário pensar e construir uma nova cultura institucional ou um novo tom, caráter ou, por que não dizer, um novo *ethos* de formação” (SILVA, 2023, p. 119). Tais apontamentos possibilita a reflexão acerca das diretrizes, interpretações, debates e reelaborações norteadas pelos documentos normatizadores das licenciaturas.

O processo de construção dos currículos nos diferentes cursos de História envolve ações e práticas de diferentes sujeitos, que são atravessados pelos interesses institucionais. Mas, a questão que deve nortear a formulação da grade curricular é: qual o perfil de formação é desejado para os cursos? A resposta deve respeitar os documentos normatizadores, porém deve ser imbuída de debates e reflexões que possibilite uma prática pedagógica que associe ensino e pesquisa. Destaca-se a dinamicidade dos espaços sociais, por isso, a formação dos professores não pode ser estática, mas sim uma construção coletiva permanente, intencional, dinâmica e estratégica.

Renata dos Santos Silva (2023) instiga os professores das universidades a ampliar o leque de reflexões ao indagá-los se eles estão pensando acerca de soluções metodológicas e epistemológicas que solucionem os problemas da prática docente no seu dia a dia para aqueles que eles serão futuros professores.

A prática de dialogar entre a razão pedagógica e os saberes docentes com o objetivo de formar um professor/pesquisador, que segundo SILVA (2023), devem constituir um binômio indissociável, mas que precisa ainda ser compreendido e ajustado a realidade do ensino no Brasil.

Silva (2023) aborda que a supervalorização da pesquisa pelos professores universitários, os levam a construir disciplinas que seguem padrões rígidos, ditados por suas próprias perspectivas acadêmicas, e isso, acaba por enrijecer o saber, que deveria ser fluído e flexível desde o processo de formação acadêmica. Assim, a prática de ensino é engessada pelos discursos e atores que agem em espaços institucionais e simbólicos específicos que são deslocados da realidade, e isso é um dos fatores que dificulta a formação dos futuros profissionais de história.

Na contramão, o professor reflexivo ampliaria o leque ao não ficar preso em suas perspectivas acadêmicas ao construir suas disciplinas, e ao exercer a sua docência, pois o mesmo iria analisar diferentes alternativas para a realização de atividades, e também iria propor aos seus alunos diferentes metodologias e epistemologias que os possibilitassem realizar a prática da docência no dia a dia após a formação.

Os percursos de formação dos cursos de história utilizados para exemplificar a prática docente que pertencem a UFRJ; Unirio; e Uerj/FFP empregados na pesquisa de Silva (2023), demonstram que os processos de construção dos currículos nos cursos de história envolveram diferentes sujeitos, ações e debates, que foram se moldando de acordo com os interesses dos agentes envolvidos.

Destaca-se que seguindo a demanda nacional, os cursos de história das universidades citadas acima passaram por mudanças organizacionais nos currículos a partir dos anos 2000, de acordo com as diretrizes nacionais de ensino, buscando a adequação as novas prerrogativas da educação.

Segundo Silva (2023) ao analisar as questões da formação dos professores seria inevitável não refletir acerca do “lugar” institucional ao qual o sujeito realizou a sua graduação. Pois, a instituição, as disciplinas, a organização institucional, as horas destinadas a prática, a criação de laboratórios de ensino, entre outros aspectos reverberam no *ethos* de formação desse profissional.

Assim, pensar o percurso de formação dos professores dos cursos de história, demanda uma análise holística do processo, pois além da organização do currículo, existem outros sujeitos envolvidos nesse processo, que são os professores universitários de disciplinas específicas.

As disciplinas específicas devem direcionar os futuros profissionais para uma prática reflexiva, em que o mesmo possa compreender que o trabalho docente envolve:

planejamentos, objetivos, metodologias de trabalho, relação ensino/aprendizagem e compreensão do papel da disciplina para a sua formação como professor de história.

“O suposto fracasso da Educação Básica vem, há algumas décadas, recaindo sobre a formação inicial de professores” (SILVA, 2023, p. 250), porém apesar de lacunas na formação dos docentes, esse fator não deve ser visto isoladamente, ou seja, desconectado de um contexto atravessado por elementos sócio-políticos que inviabilizam uma educação transformadora.

É necessário que o professor universitário reconheça seu papel como formador de professores, para que assim possam refletir sobre outras questões pertinentes a sua prática da docência no campo institucional, e como esta pode colaborar com as dificuldades em lidar com as questões didático-pedagógicas.

Quanto aos historiadores, segundo Silva (2023), é necessário um esforço contínuo para que os profissionais da área se aproximem mais do campo de pesquisa voltado para o ensino de História, pois, o exercício de aproximação deve ser contínuo, e colabora para a formulações de didáticas que contemplem a diversidade sócio-política.

Mediante a todas as problemáticas apontadas acerca da formação do professor, pontua-se que o fracasso escolar não pode ser atribuído somente a deficiência curricular do ensino superior. Porém, é imprescindível repensar a ligação entre os saberes acadêmicos e escolares, para que assim, os cursos de licenciatura em História preparem os docentes para a prática. Não se pode culpabilizar ou apontar apenas um fator, o problema requer uma reforma mais ampla, já que, a educação permanece sendo resultado de um esforço contínuo de indivíduos em prol da coletividade.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, dez. 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição.htm>.

Acesso em: 28 de dez. 2023.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. **Uma história contestada:** a História Medieval na Base Nacional Comum Curricular (2015-2017). Anos 90, Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, v.26, 2019, p. 1-21.

SILVA, Augusta dos Santos. **A quem cabe formar o(a) professor(a) de história?:** os caminhos e debates em torno da construção de um ethos de formação. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2023.

VIANNA, José Luciano. **A História Medieval entre a formação de professores e o ensino na Educação Básica no século XXI:** experiências nacionais e internacionais (Livro eletrônico) Organizador Luciano José Vianna, RJ: Autografia, 2021.